

A vez da sociedade

MÁRCIO MOREIRA ALVES

Mário Covas acha que o sucesso do plano de estabilização depende agora da sociedade. Almoçando com Beni Veras e José Richa no restaurante do Senado, dizia que governo e Congresso já tinham cumprido com o essencial das suas obrigações, aprovando a emenda constitucional do Fundo Social de Emergência (FSE), não criando problemas para reexaminar o Orçamento de 1994 e encarando favoravelmente as medidas provisórias que complementam o FSE.

Aliás, o governo parece bem contente com a falta de Orçamento, o que lhe permite executar em duodécimos a sua proposta orçamentária original, deixando ministérios e fundações à míngua. Por sua vez, tampouco o relator das medidas provisórias, Gonzaga Mota, unha e carne com Fernando Henrique, apressa o seu trabalho. Pretende fazer audiências públicas, convocar duas vezes o ministro para debates e gozar ao máximo o espaço de noticiário que a relatoria lhe dá. Provavelmente as MPs terão de ser reeditadas, o que

levará a data das votações para a véspera do prazo fatal de desincompatibilização.

— Vamos ver agora se os empresários têm ou não um mínimo de compromisso com o País, diz Covas. Se continuarem a remarcar os preços da forma escandalosa como vêm fazendo nos últimos dias, o plano fracassará. Haverá hiperinflação em cruzeiros reais e inflação em URVs.

O Brasil não tem, como a França, por exemplo, um "patrão dos patrões", representante indiscutível do empresariado, cuja palavra comprometa toda a classe diante do governo e das centrais sindicais. O melhor arremedo de interlocutor social que temos disponível são as diretorias da CNI, para a indústria, e da CNC, para o comércio, mais aquela do que esta.

Albano Franco, presidente da CNI, apóia entusiasticamente o plano. Convocou de urgência para a manhã de terça-feira, em Brasília, uma reunião ampliada da sua

diretoria. Na pauta, a proposta de agilizar as reuniões das câmaras setoriais para negociar a contenção dos preços. No ano passado, as negociações realizadas no âmbito da indústria automobilística tiveram extraordinário sucesso. O setor teve um dos melhores anos da sua história, os preços diminuíram, a arrecadação de impostos aumentou e o empregados garantiram os seus empregos e seus salários. Vicentinho, meio em surdina, assim como um banqueiro

que revelasse os seus lucros verdadeiros, disse que os metalúrgicos do ABC tiveram, em 1993, um aumento real de 23%.

Ainda que o esforço da CNI seja bem-sucedido, não basta. Pelo menos

não terá efeitos tão depressa como necessário. Daí que Firmino Rodrigues Alves, presidente da Apas, Associação Paulista de Supermercados, pediu ao governo uma medida provisória impondo às indústrias a conversão de seu preços em URVs. Ou seja: não acredita na liberdade de mercado e reclama uma intervenção autoritária do governo. Podre Adam

Smith, tão elogiado em teoria, tão rejeitado na prática. Não é provável que o seu pedido seja atendido, a não ser que se torne uma reivindicação generalizada do empresariado, passada em cartório, com firma reconhecida.

Firmino tem suas razões. A primeira linha de confronto entre consumidores e empresários está nas gôndolas dos supermercados, e quando alguém berra por uma prisão de empresário, como Pedro Simon anteontem, é em Abílio Diniz que pensa, não em José Ermirio de Moraes ou João Santos, donos do cimento, ou em Jorge Gerdau, dono do aço.

Mário Henrique Simonsen previu, em um artigo publicado há dois meses, que haveria uma hiperinflação em cruzeiros reais antes da adoção do real. É o que está acontecendo.

A mobilização dos trabalhadores não parece ter a força que se poderia prever por causa da URV, que corrige os salários diariamente. Nocauteado mesmo ficará o setor informal da economia. Problema econômico, problema social, problema de segurança pública e, sobretudo, problema político. O setor de trabalho informal das grandes cidades deverá decidir o resultado das eleições.

O setor informal de trabalho das grandes cidades deverá decidir o resultado das eleições